

Trabalho, identidade e territorialidade: representações construídas por catadores na região metropolitana de Porto Alegre/RS

SUELI MARIA CABRAL*

Resumo: O texto foca no estudo da tríade relacional *homem-lixo-trabalho* com a análise do registro empírico de uma cooperativa de catadores de lixo urbano na região metropolitana de Porto Alegre. O objetivo do estudo foi analisar as representações sociais e percepções entre trabalhadores que impactam na constituição de suas identidades, cotidiano do trabalho e na relação que estabelecem com território. Os procedimentos metodológicos adotados foram: do ponto de vista da forma da abordagem do problema, optou-se pelo paradigma qualitativo; quanto aos objetivos, foi explicativa; como procedimento técnico, foi adotada a pesquisa de campo. Para analisar os depoimentos colhidos a partir dos fundamentos da Teoria das Representações Sociais, utilizaram-se os principais pressupostos do método do Discurso do Sujeito Coletivo. As análises das narrativas mostraram que há uma identificação psicológica e social que os mantém unidos, por aquilo que um dia a maioria repeliu, e que se sentem orgulhosos.

Palavras-chave: Trabalho; Identidade; Territorialidade.

Work, Identity and Territoriality: representations built por street scavengers in Porto Alegre/RS region

Abstract: This text focuses on the study of the relational triad "man-waste-work" through the analysis of empirical records of a cooperative of urban waste collectors in the metropolitan region of Porto Alegre. The objective of this study is of analyzing the social representations and perceptions between the workers that impact the building of their identities, in their daily work lives and the relationship they establish with this territory. The chosen methodological procedures were: qualitative paradigm for the way of approaching the problem, explanatory paradigm for the objectives, and field research as the technical procedure. The testimonials collected from the fundamentals of the Social Representation Theory were analyzed by usage of the main assumptions from the Collective Subject Discourse. The analysis of these narratives showed there is a psychological and social recognition that keeps them united by something that most people repel but makes them feel proud.

Key words: Work, Identity, Territoriality.



* SUELI MARIA CABRAL é Professora Adjunta da área de Ciências Sociais. Pesquisadora. Coordenadora de Projetos de Extensão Universitária.

Introdução

Parte-se da premissa de que a palavra, integrante de um repertório, não é cópia do real nem do ideal, contudo, é constituinte de um discurso. A palavra dentro de um discurso é parte de um processo que institui relações entre o mundo e as coisas, e sua gênese é a elaboração cognitiva e simbólica que se expressa na fala.

Nessa perspectiva, o objetivo do estudo foi analisar as representações sociais e percepções entre trabalhadores que impactam na constituição de suas identidades, cotidiano do trabalho e na relação que estabelecem com território a partir dos fundamentos da teoria das representações sociais, utilizando como matéria-prima as falas dos catadores entrevistados. A escolha pelas representações sociais deve-se ao fato da sua intrínseca relação com a linguagem – discurso –, com o imaginário social, com riquezas simbólicas, por fim, com as ideologias, o que permite perceber os mecanismos que têm orientado condutas e práticas sociais.

Nesse sentido, a compreensão das representações, neste estudo, deu-se a partir da verificação de como se articulam elementos como trabalho, identidade e território. Para pensar em tais representações, foi necessário, antes, compreendê-las a partir de uma experiência comum de sujeitos trabalhadores, de olhares que perceberam o fenômeno como complexo, não apenas em sua definição, mas em sua constituição, um tecido formado por diferentes fios que se transformaram em uma coisa só, mas que não destroem a variedade e a diversidade que o teceram.

Pretende-se apresentar os resultados de uma pesquisa finalizada em 2017 sobre as representações sociais construídas por

trabalhadores que cotidianamente trabalham com resíduos sólidos num município da região metropolitana de Porto Alegre/RS.

No período em que o estudo de campo foi realizado, vinte e oito trabalhadores estavam na condição de cooperados. Esse é um número que oscila durante o ano, pois, apesar dos benefícios oferecidos, como alimentação, equipamento de segurança e renda mensal acima da média das cooperativas de resíduos sólidos, a atividade ainda é exaustiva, penosa e cercada por estigmas que lhe conferem um status socialmente inferior.

É, portanto, na mediação de elementos objetivos e simbólicos que a reflexão é construída sobre território, identidade e trabalho, incluindo necessariamente as percepções das representações que circundam esses elementos, o que acaba por transformar o acontecer cotidiano em uma instância de alianças que influencia e é influenciada pelas interações sociais existentes.

Considerações sobre a categoria Trabalho, Identidade e Território

O trabalho sempre ocupou destaque na formação e no desenvolvimento do pensamento social, uma vez que, tanto a revolução industrial como o capitalismo, ao transformarem o trabalho numa alavanca para o processo de acumulação capitalista, transformaram-no igualmente numa categoria central de análise da sociedade.

Para Hegel (2014), o trabalho é um elemento mediador entre o homem e a natureza, o que lhe dá certo apoio para a formação de sua consciência, ou seja, o trabalho, em Hegel, é também formador da consciência, pois media as relações entre indivíduos e sociedade civil, permitindo que os homens decodifiquem a natureza, de modo a aproveitá-la

instrumentalmente; é, portanto, uma ação intencional, consciente e reflexiva que pode libertar o homem da tirania na natureza (CARDOSO, 2011).

Para Antunes (2013), mesmo sendo o trabalho, por um lado, a expressão de um *ato poético*, sem dúvida, por outro, ao longo da história, esteve ligado à alienação, à exploração e à subordinação. Na Grécia Antiga, encontra-se a distinção entre catarse e vivência do martírio; em Hesíodo, por exemplo, o trabalho configurava-se como honra, oportunizando ao cidadão ser um homem virtuoso e honrado.

Há, em especial, a partir do século XIX, uma valorização (vinculada especialmente à ascensão da burguesia) do trabalho e de suas representações. O trabalho torna-se uma ordem reguladora, uma nova expressão da realidade, não só socioeconômica, mas também cultural. Ter trabalho passou a ser um elemento de definição de caráter e de elevação da autoestima.

Para Weber (2004), conforme apresentado em sua obra clássica “A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo”, o que impulsiona o adepto ao protestantismo é o trabalho, que não é apenas dever, mas igualmente vocação. Assim, nesta perspectiva teórica, a visão de mundo – ou a *Weltanschauung* – contribuiu com a moderna noção de trabalho, dado que a própria ascensão protestante (que assume a austeridade e o autocontrole do corpo e do espírito como fonte de fortalecimento do espírito em busca da verdade) fizeram do trabalho uma vocação (*Beruf*).

O burguês tornou-se um homem de negócios racional e colocou à sua disposição os trabalhadores sóbrios, conscienciosos, de uma capacidade de trabalho pouco comum e dedicados ao trabalho tal como o destino o qual Deus

queria para suas vidas (WEBER, 2004). Entretanto, o autor também centralizou e evidenciou o papel do trabalho como parte na formação da racionalidade capitalista, mostrando como ela é estratégica no cálculo capitalista. Assim, tornou-se a força motriz que domina a racionalização, desvinculando do trabalho os critérios de referência doméstica e de satisfação pessoal do indivíduo.

Com a ascensão da burguesia, a centralidade do trabalho torna-se evidente no cenário social, que acaba por tornar-se ordem reguladora; assim, trabalhar passou a ser um importante componente na composição das identidades, em especial dos indivíduos da classe trabalhadora.

Atualmente, o trabalho ainda ocupa importante espaço na vida das pessoas. Ter um trabalho, mantê-lo e conseguir viver dele ainda se constitui um elemento de motivação, e sua ausência pode acarretar sérios problemas, “uma vez que o rompimento no circuito de significados do ponto de vista do trabalhador ocasiona sofrimento, que pode comprometer a saúde mental” (TOLFO; PICCININI, 2007, p. 38).

O trabalho, portanto, interfere na constituição do homem enquanto ser social; sendo assim, seus significados configuram um modo de ser e estar na sociedade. Ao produzir meios de sobreviver, os sujeitos constroem relações sociais formadas ao longo da história; contudo, a atividade realizada ultrapassa o econômico “e imprime um modo de viver e agir, uma identidade subjetiva de valor moral e de status social” (SANDIM, 2019).

Quanto à identidade, Dubar (2015) afirma que as identidades estão em constante movimento, entendendo estas como decorrência de interações sociais

que envolvem a intersecção dos processos relacionais – em que o indivíduo é analisado pelo outro no interior dos sistemas em que estão inseridos, mais objetivos e genéricos – e os biográficos – que está alicerçado na própria história dos indivíduos, suas habilidades e projetos, mais subjetivo.

Afirma Dubar (2015, p. XXVI):

A identidade de uma pessoa é o que ela tem de mais valioso: a perda de identidade é sinônimo de alienação, sofrimento, angústia e morte. Ora, a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no nascimento: ela é construída na infância e, a partir de então, deve ser reconstruída no decorrer da vida. O indivíduo jamais a constrói sozinho: ele depende tanto dos juízos dos outros quanto de suas próprias orientações e autodefinições. A identidade é produto das sucessivas socializações.

Nesse sentido, tanto o processo relacional quanto o biográfico contribui na construção de uma identidade. A identidade ou as identidades são abalizadas pela dualidade destes dois processos.

Ainda para Dubar (2015), este processo de construção e (re)construção constante de identidades compõe-se na relação permanente entre os ‘atos de atribuição’, que estão ligados ao outro em função do que diz, e os ‘atos de pertença’, que estão relacionados ao processo de identificações e pertencimentos às identidades atribuídas.

Contudo, neste contumaz movimento identitário, entre o objetivo e subjetivo, entre o si e o outro, não é possível ignorar que algumas identidades estão marcadas por um conjunto de modelos que acabam por qualificar os indivíduos conforme características entendidas como comuns

e naturais por outros membros, ou seja, acabam por estigmatizá-las.

Goffman (2006) afirma que os indivíduos possuem dois tipos de identidade: a identidade social real e a identidade social virtual. A real constitui-se de atributos que os indivíduos possuem, ou seja, suas preferências, seus hábitos, sua identidade pessoal; e a virtual está ligada ao conjunto de atributos que imaginamos ou aparentamos ter. Assim, é na convivência tensionada destas duas identidades que o indivíduo se apresenta para o mundo.

Quando estamos diante de uma pessoa que possui alguma característica que a torna diferente dos demais, através de um atributo profundamente depreciativo, que a torna menos desejável, fora das expectativas que socialmente consideramos normal, benéfico e bonito, deixamos de considerá-la comum e imputamos nela marcas negativas de diferenciação.

Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 2006, p. 6).

Ressalta-se que a estigmatização é fruto de uma relação tensionada e desigual entre os atributos e estereótipos da identidade real e virtual, o que resulta para a pessoa estigmatizada tanto um status depreciativo, uma fragilidade da percepção da sua dignidade, quanto a redução de inserção e oportunidades na sociedade. A rejeição vivenciada constantemente pelos indivíduos em

função do estigma acarreta a perda de confiança do estabelecimento de relações e fortalece a própria exclusão social

A noção de território aqui traçada parte da ideia de que o espaço habitado é uma realidade material e imaterial, uma realidade relacional produzida pelas ações dos homens entre outros homens e estes sobre o próprio espaço.

Um dos pioneiros nas discussões sobre território e poder, Haesbaert (2004), destaca, em sua obra, o caráter político do território e suas diferenças com o conceito de espaço. Para o autor, é fundamental a compreensão de que o espaço é anterior ao território, não obstante o território surge do espaço, mas não é o espaço. É uma produção construída por meio da transformação do espaço pelo homem, a partir de sua intencionalidade.

O território é, em especial, uns *locus* político-administrativo, um espaço de interações da ordem jurídica e política; mediado tanto pelos recursos naturais como pela presença humana com seus limites e fronteiras. Para compreender o território, no entanto, é preciso conhecer boa parte de suas territorialidades que estão imbricadas na subjetividade dos sujeitos. Nesse sentido, a territorialidade é percebida a partir do poder exercido por parte de sujeitos ou de grupos sociais em um dado espaço geográfico. Sua apropriação e valorização simbólica delimitam o território a partir da teia de representações e subjetividades que se enraízam, dando-lhe identidade.

Haesbaert (2004) analisa o território basicamente a partir de três pilares:

- jurídico-político: o território é um espaço com limites onde se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal;

- cultural: o território constitui-se como um espaço simbólico, subjetivo, um produto da apropriação feita pelo imaginário ou pela identidade social sobre o espaço; e
- econômico: enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o embate entre classes sociais e a relação capital-trabalho.

Considerando todas as mudanças ocorridas nas últimas décadas no que se refere à discussão sobre “territórios”, Haesbaert (2004) identifica que vivemos não tanto o domínio da desterritorialização, mas de “territórios múltiplos” e a possibilidade de vivenciar uma “multiterritorialidade”. A complexidade dos processos da vida contemporânea, muitas vezes excludentes, em face à crescente globalização e à fragmentação a um nível micro ou local, servem de refúgio à globalização.

Entende-se que o território é um espaço constituído por características simbólicas e geográficas e está condicionado à ação dos atores sociais que vão, em especial, atribuir qualidades específicas ao lugar, como a identidade. As relações que são estabelecidas dentro do território poderão ter influência inclusive nos processos identitários e de sociabilidade.

Imersão etnográfica e o método do Discurso do Sujeito Coletivo

Os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa foram: do ponto de vista da forma da abordagem do problema, optou-se pelo paradigma qualitativo; quanto aos seus objetivos, a pesquisa possui uma proposta explicativa e, como procedimento técnico, foi adotada a pesquisa de campo. A Teoria das

Representações Sociais foi utilizada para analisar os depoimentos, bem como os principais pressupostos do método do Discurso do Sujeito Coletivo. O processo etnográfico foi realizado com um grupo de sujeitos que trabalham na Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio – COOTRE, localizada na cidade gaúcha de Esteio/RS, Rio Grande do Sul, Brasil.

Destaca-se que critérios éticos envolvidos no convite de participantes, procedimentos de livre adesão à pesquisa e éticos de manejo de informações e integridade, entre outros aspectos, foram rigorosamente seguidos, conforme recomendados pela Comissão Nacional de Saúde (CNS), por meio das Resoluções 466/12 e 510/16.

Para a análise das entrevistas, fundamentado na teoria das representações sociais de Serge Moscovici (2013), foi utilizado o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) pelo qual, a partir da organização dos dados oriundos das entrevistas, sob a forma de vários discursos, a síntese do pensamento de uma coletividade é expresso, como se essa coletividade se tornasse o próprio emissor deste discurso.

Cabral, Kuhn Junior e Veronese (2016, p. 97) afirmam que:

De acordo com seus criadores, o DSC possui três figuras metodológicas centrais, a saber: expressões-chave, ideias centrais e ancoragem. As *Expressões-chave (ECH)* são trechos do discurso coletado que acabam por revelar a essência do conteúdo das representações ou das teorias subjacentes a elas. As expressões são parte essencial da análise e constituem os recortes do discurso. *Ideias Centrais (IC)* são a descrição sintética do sentido das palavras do entrevistado, não constituem,

contudo, uma interpretação, mas uma descrição, revelando o que foi dito.

Assim, o DSC foi utilizado como recurso metodológico e expositivo, com o intuito de constituir um discurso localizando um determinado tempo e espaço. O texto final não tem a coesão como seu princípio, trata-se antes de uma união das Expressões-Chave (ECH) e Ideias Centrais (IC), que foram agrupadas por categorias: a) Identidade e Trabalho; b) Trabalho e Território: pertencimento espacial.

DSC- 1 Categoria: identidade e trabalho

Então, eu sou uma mulher que ama o que faz. Eu me descobri trabalhando e sou uma pessoa melhor depois que eu comecei a trabalhar aqui. Tenho amigos, tenho um objetivo e tenho um futuro. Eu me tornei o que sou com o processo de trabalho aqui, mas não é só o trabalho, são as pessoas com que eu convivo diariamente. Sou mulher, mãe, amante, sou também trabalhadora. Este trabalho, apesar de sujo, ele me motiva, o salário no final do mês me motiva... Eu não sei fazer muita coisa, então trabalhar com o lixo foi o que me restou, mas depois de vir trabalhar eu vi que a gente pode ser gente mesmo trabalhando com o lixo. Eu gosto de estar aqui mesmo que seja fedido e pesado e trabalho. Eu vejo estas pessoas aqui como igual. Eu sou catadora, eu trabalho com lixo e eu tenho orgulho, mas é difícil.

Eu adoro estar aqui. Por aqui eu posso ser eu mesmo. Trabalho, ganho dinheiro e posso comer e me vestir. Não é fácil, não é o que eu queria da minha vida, mas vou te dizer... Estar aqui me faz sentir mais gente do que quando eu estava trabalhando como doméstica. Eu adoro estar aqui... Aqui eu fico com as pessoas que eu gosto e gostam de

mim... aqui todos têm telhado de vidro e todos se respeitam. Aqui na cooperativa aprendi a ser mais responsável, eu não era e agora eu sou... Me diz o que é para fazer e eu faço. A minha cabeça é fraca, mas meus braços não são. Não é trabalho de maior destaque do mundo, mas foi aqui que eu comecei a ser alguém.

Eu queria muitas coisas diferentes na minha vida e não tive. Eu queria uma história diferente e não tive. Só tenho esta, então eu sou assim. Eu sou o que a vida me deu para ser. Já chorei muito, agora eu sou assim. Do limão a limonada, certo? Dizem que sou pessimista. Eu acho que sou apenas realista. Mas, eu acho que trabalhar aqui tem me modificado. Eu sou uma pessoa melhor aqui, mais feliz, mais divertida. Acho que sou mais mulher até trabalhando aqui.

Considerado o DSC acima, é possível perceber que o trabalho realizado acaba por conferir sentidos às coisas e às pessoas, agregando um modo de ser (*ethos*), mesmo que particular e momentâneo, propiciando um sentir-junto às convergências das ações e à sinergia social.

É importante destacar que o espaço do trabalho, caracterizado por diferentes experiências, acaba por ser considerado um espaço privilegiado para que planos possam ser realizados e, quiçá, possa conseguir não apenas reconhecimento profissional, mas pessoal.

Igualmente, nesse contexto, as representações sobre o trabalho são marcadas por instabilidades, idas e vindas, precariedade e estigma, e contribuem com as turbulências das trajetórias identitárias. O trabalho com o lixo não é simplesmente mais uma das inúmeras atividades laborais existentes. Historicamente, essa atividade é

realizada, na maioria das vezes, a partir de relações trabalhistas informais, sem registro oficial, o que impede acesso a direitos trabalhistas garantidos em leis. Há de se destacar que a prática de lidar com o lixo sempre esteve de alguma forma ligada aos considerados socialmente inferiores. Segundo Corbin (1987, p. 123-124),

os reformadores projetam evacuar, ao mesmo tempo que o lixo, o vagabundo, os fedores da imundície e da infecção social [...]. Os forçados ‘arrastam todas as manhãs, pelas ruas [...], grandes carroças de quatro rodas por um timão ao qual se acham acorrentados; correntes mais longas e mais leves mantêm ligadas às mesmas carroças mulheres condenadas pela justiça [...] uma metade dessas mulheres varre as ruas, enquanto a outra metade enche a carroça com as imundícies.

Nesse sentido, pobres, velhos, mendigos, homossexuais, judeus e doentes tornaram-se responsáveis pela desodorização dos espaços públicos (remoção de lixo, dejetos e cadáveres), os quais eram estigmatizados e, portanto, constituídos socialmente por representações sociais que os igualavam ao lixo, ao fedor, como indicativo da origem do sujeito, seus lócus de pertencimento e de permanência, o que o associava à repulsa, ao medo de infecção e à própria intolerância.

Essa proximidade do reciclador com o lixo cria uma aparente atmosfera de pena; contudo, Eigenheer (2003, p. 157) observa que o que existe, para grande parte das pessoas, é o sentido de repulsa, “a putrefação da matéria orgânica no entorno, a sujeira das roupas e o mau aspecto das pessoas que ali trabalham é que parecem ser insuportáveis”. Assim, se o lixo funciona a partir de uma dimensão simbólica, igualmente as pessoas que com ele trabalham

funcionam também. Como seres sociais, compactuamos um conjunto de normas e valores, inclusive sobre higiene e sobre lixo, aprendemos que a ordem é a limpeza, um efeito colateral da construção da ordem (BAUMAN, 2014).

O discurso explicita processos identitários construídos a partir do coletivo e, apesar dessa construção ter tempo e espaço determinado, é perceptível que há uma sinergia no grupo, um processo dialógico que se estabelece não apenas de conflitos, mas de solidariedade e resistência. É possível igualmente identificar as duas formas identitárias proposta por Dubar (2015): identidade para si e identidade para o outro. Percebe-se uma socialização relacional dos entrevistados no cotidiano do trabalho “(re)elaborando “identidades para o outro”; e a socialização biográfica dos atores em uma trajetória social, (re)elaborando as “identidades” (CARDOSO, 2010, p. 39).

Destaca-se ainda que há um processo de identificação no grupo que está atrelado à ideia de um sujeito plural, complexo, que possui identidades fluidas e voláteis, exercendo distintos papéis dentro do contexto social. Conforme Cabral, Ribeiro e Santos (2017, p. 132):

a lógica da identificação é um processo pertencente a um sujeito compositório e complexo. Um processo, que designa os outros em torno de mim mesmo ou os outros em mim-mesmo, a noção de sujeito sai do status egocêntrico ou da ilusão ontológica. É em função dessa perspectiva que o autor fala do processo de identificação.

Destacam-se, ainda, algumas passagens do DSC-1: “*não é trabalho de maior destaque do mundo, mas foi aqui que eu comecei a ser alguém*”; “*eu sou que sou hoje, porque estou aqui. Aqui me*

sustenta em todos os sentidos”; “*olha, eu sou o cara que o lixo mudou*”.

Esses são pequenos fragmentos que ilustram relações com categorias anteriores: em algum momento da vida dos entrevistados, a perspectiva de sobrevivência que se materializou foi o trabalho com o lixo, o único trabalho possível que se constituiu um espaço de acolhimento, de resistência e frustrações.

Contudo, tais processos de identificações não ocorrem apenas no espaço do trabalho, que pode ser compreendido, neste estudo, como um espaço público. *No lócus* do privado ou comunitário, essas identificações permanecem e constituem mais elementos de compreensão sobre a tríade homem-lixo-trabalho, afinal, esses sujeitos estão inseridos em uma comunidade e, para esse grupo em especial, comunidades que igualmente são estigmatizadas.

Categoria: DSC 2 - Trabalho e território: pertencimento espacial

Destino. No começo eu me apavorei, mas hoje tu pode entrar lá que tu não é roubado, não tem vizinho que rouba, eles estão trabalhando. Existe sim o tráfico na ponta da rua, mas daí é o traficante que vem colocar, não é os vizinhos mesmo que eram perdidos, eram perdidos assim, eram bem da pá virada. Hoje não, hoje um cuida o outro, todos trabalham, todos arrumaram a sua casinha. Me sinto segura, porque lá é meu e tem os meus.

É importante que a gente siga as regras do tráfico, mas seguindo, tudo fica mais tranquilo, tudo fica melhor. Aqui eu moro e trabalho, aqui as pessoas me conhecem e eu conheço as pessoas. Não sou anônimo da minha vila. Sou alguém na comunidade, não apenas mais uma que trabalha com o lixo.

Eu me sinto segura, apesar de tudo que acontece. Me sinto segura em

função das pessoas. Eu vi que as pessoas se modificaram e sei que não é como as pessoas dizem. Quem nunca viu um ladrão ou um traficante ou o tráfico acha coisa do outro mundo, mas não é. Faz parte da rotina. Estar lá, como estar aqui, me fez ser quem eu sou hoje. Eu sei hoje que o problema do tráfico lá na vila não é simples de resolver, eu sei que o tráfico, o roubo, são sérios e, para saber disto, não precisa de estudo, qualificação.

Eu moro na vila, num beco. Tem a violência, os que trabalham aqui até mudaram, mas tem muita gente que está lá que não quer mudar. Quer viver no mesmo mundo de ganhar as coisas fáceis, enganar as pessoas, amizades falsas. Eu quero sair da casa, do beco, mas ficar nas imediações. Sair de dentro daquela vilinha que nós moramos ali, do outro lado já tem uma rua, que tem nome. Morar ali, pra mim, já seria uma grande coisa, fica uns 100 metros de onde eu moro hoje. Só queria sair do beco. Tem muitas drogas. Eu quero que os meus filhos tenham uma vida diferente, mas não saio da vila, pois lá todo mundo me conhece eu não sou um estranho.

Destaca-se, inicialmente, que o espaço habitado pelos sujeitos da pesquisa, tanto do trabalho como de moradia, forma-se pela junção de várias vilas, com um traçado de ruas e avenidas disformes, repletas de becos, sem calçadas, apenas algumas ruas principais estão asfaltadas. Por conseguinte, não existe infraestrutura de esgoto pluvial e cloacal.

A maioria dos entrevistados mora em construções que variam entre alvenaria e madeira – ambas de baixa qualidade – a energia elétrica e o fornecimento de água são irregulares, basicamente através de ligações clandestina. Suas casas localizam-se em espaços periféricos, onde o que há de mais constante e abundante é a própria violência – real e

simbólica – que gera uma desordem que acaba dando o tom da *ordem reinante*. Mesmo inseparável da desordem, a ordem aparece com um desígnio do certo, do correto, do seguro e do benevolente, apresentando ter todas as vantagens; contudo, a desordem sempre atua e seu movimento transforma, gerando constantemente formas alternativas de ser e de estar no mundo, no caso específico deste estudo, nesse complexo conjunto de comunidades.

A cartografia urbana presente nas falas dos entrevistados fornece um palco ilustrativo para a compreensão do DSC construído. Nas entrevistas realizadas na cooperativa ou nas visitas feitas às suas casas [ou proximidades], o que acabou sendo evidenciado foram as percepções dos entrevistados quanto a aspectos que levam à sua permanência na comunidade em que residem: de um lado, temem a violência, o tráfico; mas, de outro, o apego ao local de origem e às relações comunitárias estabelecidas são muito fortes. Para a maioria, sair do território não é uma opção.

É importante destacar que, na construção do DSC-2, é claro o sentido coletivo que o grupo expressa no que se refere à forma como enxerga o espaço onde vive: “*apesar do tráfico é bom*”; “*violento, mas seguro*”; “*feio [lixo], mas bonito*”. Percebe-se, assim, uma apropriação do espaço vivido não apenas real, mas igualmente simbólico, o que favorece a produção e o fortalecimento de processos identitários.

O grupo consolida pactos de vivência pacífica e, por vezes, contraditórios: os mesmos sujeitos que suportam as relações [e, às vezes compactuam de forma ativa] com o *território do tráfico* podem ser aqueles que estruturam a territorialidade da religiosidade e dos arranjos amigáveis. Residem, na realidade social, forças materiais e

imateriais que são “tecidas junto” (MORIN *et al.*, 1998) e, sendo dimensões inseparáveis, tornam a realidade complexa.

É impossível deixar de destacar, no entanto, a questão da violência presente nas comunidades onde residem os entrevistados e suas percepções e vivências sobre ela. A violência, enquanto um claro movimento de desordem, traz uma transgressão que, em última instância, possibilita arranjos no cotidiano que oferecem aos seus moradores formas de convivência com amigos e vizinhos.

Destaca-se aqui a afirmação de Maffesoli (1987, p. 24): “uma vez admitido o papel, indício que a violência representa, é necessário analisá-la em seu duplo aspecto, e antes de tudo, no seu funcionamento ‘positivo’. Pois, convém reconhecer com lucidez, e certamente com pesar para os estetas da violência, que nela existe o utilitário”.

Nesse sentido, o autor apresenta a ideia de que é possível analisar a violência como tudo que se refere à luta, ao conflito e ao combate, talvez uma parte obscura que aflige o corpo individual e coletivo, mas igualmente sua essência heterogênea, ao mesmo tempo é “fonte de vida” (MAFFESOLI, 1987, p. 15). Assim, a violência pode ser compreendida, em uma perspectiva dialógica, como um fenômeno que contém, em sua natureza, igualmente a ordem e a desordem, como partes indissociáveis de um mesmo corpo.

Não se trata aqui de construir uma apologia à violência enquanto experiência de conflito, antes, deseja-se compreendê-la a partir de uma perspectiva que, sem o devido cuidado intelectual, pode parecer paradoxal, a saber: o conflito possui aspecto positivo e negativo. E esses aspectos estão

interligados de uma forma inseparável, criando formas de reciprocidade que conferem um estar-junto permeado por uma ética do querer-viver.

Conclusão

As análises das narrativas mostraram que há uma identificação psicológica e social que mantém os sujeitos unidos por aquilo que um dia a maioria repeliu e, posteriormente, convertendo o próprio estigma em algo do que se sentem orgulhosos. Atualmente, portanto, suas identidades são constituídas também a partir da busca constante do reconhecimento não só público como privado do que são e do que podem vir a ser.

A cooperativa, enquanto um espaço de trabalho, é igualmente um espaço de acolhimento que propicia o entrelaçamento de saberes e sentimentos que vão influenciar diretamente no que são e como se definem, na atualidade, como, por exemplo, mulheres, amantes, travestis, trabalhadores, machos, mães, inteligentes, belos, feios, etc. E, por mais que tais atributos e a condição de fato não os definem em sua complexidade, acabam por condicionar a forma como estes sujeitos constituem relações entre si e com o mundo e como a sociabilidade existente acaba por ser a mediação ou a referência das coisas do mundo.

Há de se destacar que o que emergiu dos discursos foi que o trabalho com o lixo não possui uma única representação ou um único sentido, pois o lixo se constituiu com diferentes significados, constituídos por diferentes valores, tanto positivos quanto negativos. É possível perceber representações de prazer e de sofrimento por parte desses trabalhadores, ambos intrinsecamente ligados e, apesar de não serem homogêneos dentro do grupo estudado, de maneira geral, reconhecem como

importante o trabalho realizado tanto para eles quanto para sociedade.

A relação do grupo com o território é de fato de pertencimento. Há um vínculo destes sujeitos com o espaço onde residem e, mesmo que ele se configure como um espaço violento e de baixa infraestrutura, os entrevistados apropriam-se concreta e simbolicamente de múltiplas formas e, por isso e apesar disso, vivenciam uma sociabilidade de feições lúdicas que permite a eles um sentimento de valorização pelo simples fato de estarem juntos, apreciando a mútua companhia, fomentando um relacionamento sociável, independentemente do espaço policiado e da violência banalizada.

Referências

- ANTUNES, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- CABRAL, S. M.; KUHN (2014). JÚNIOR, N.; VERONESE, M. V. Sociabilidades: uma rede de relações no trabalho com o lixo. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 1, n. 18, p. 97-119, 2016.
- CABRAL, S. M.; RIBEIRO, N. M. B; SANTOS, G. A. A respeito da identidade e de sujeitos estigmatizados. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 1, n. 53, p. 128-135, 2017.
- CARDOSO, L. A. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. **Tempo Social**, v. 23, n. 2, p. 265-295, 2011.
- CARDOSO, M.E. Identidade(s) e identidade(s) docente(s). **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 1, n. 8, p. 35-51, 2010.
- CORBIN, A. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- EIGENHEER, E. M. **Lixo, vanitas e morte**. Niterói: EdUFF, 2003.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 20.03.2021.
- HEGEL, G. W. F. **Lecciones sobre la filosofía de la historia universal**. 6. ed. Madrid: Alianza, 2014.
- MAFFESOLI, M. **Violência totalitária: ensaios sobre antropologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- MORIN, E. *et al.* **A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- MOSCOVICI, S. A. **A representação social da psicanálise**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- SANDIM, D. O trabalho no mundo contemporâneo. In: Fundação 1º de Maio, 03 de maio de 2019. Disponível em <https://www.fundacao1demaio.org.br/fique-por-dentro/1171/o-trabalho-no-mundo-contempor%C3%A2neo>. Acesso em 20.03.2021.
- TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, ed. espec., p. 38-46, 2007.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Recebido em 2021-03-29
Publicado em 2022-01-01